



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima.

No dia dezanove de outubro de dois mil e vinte e um, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Anísio Clemente Filho – Presidente, Cláudio José de Deus – Vice-Presidente e Viviane Gomes de Matos – Secretária. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal, verificando-se a presença de todos os vereadores. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “questão de ordem, Presidente. Hoje nós temos uma situação atípica aqui, na Câmara Municipal, que é a presença de onze vereadores, temos aqui, acompanhado a plenária conosco, a vereadora mirim, Laurinha. Em homenagem ao mês das crianças, eu fiz o convite para que uma jovem, uma criança, uma menina assentasse na minha cadeira participasse da plenária aqui, conosco, porque a gente sabe da importância da representatividade feminina. E isso faz com que mais meninas e mais mulheres sonhem em ocupar espaços de liderança e espaços de poder. Então, eu fico muito feliz aqui, com a presença da Laurinha, e que ela sinta que esta Casa é dela, é das pessoas dessa cidade e que ela, um dia, pode ocupar essa cadeira que hoje eu ocupo. Obrigada, Presidente”. Senhor Presidente: “Laurinha, seja bem-vinda, em nome de todos os vereadores. E a Casa realmente é de vocês. Quem sabe daqui uns... Você tem quantos anos, Laurinha? Oito anos, hein. Falta pouco, dez anos, você possa estar sentada aí, no lugar de Juliana. Tá bom?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente. Eu também quero



cumprimentar a Laurinha e cumprimentar principalmente a Juliana pela sensibilidade de lembrar de um tema tão importante, que é fazer com que as nossas crianças se apropriem desse senso de política tão necessário que a gente tenha. A gente vê as pessoas falando tão mal dos políticos, da política. Quando a gente às vezes deixa de fazer com que as nossas crianças percebam isso e que tenham interesse por isso. Eu fico muito feliz. Minhas duas filhas estão aqui e todas as duas gostam de política porque viram o pai dessa forma, não é? Então, Laurinha, parabéns para você, por estar aqui conosco, hoje. Espero que você sinta a responsabilidade e o peso de estar sentada nessa cadeira aí, que você está representando todas as crianças da nossa cidade. O parlamento é, sem dúvida nenhuma, a única Casa que representa totalidade da população da nossa cidade. O prefeito é eleito com uma parcela de votos, mas os vereadores, não. A totalidade dos votos da cidade está representada nesta Casa. Então, parabéns para você, que você se aproprie disso e que seja feliz. Se Deus quiser, ainda quero votar em você”.

Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pela ordem, Presidente. Cumprimentar a Laurinha. Seja muito bem-vinda, Laurinha, essa Casa é sua. Cumprimentar a vereadora Juliana pela iniciativa. Eu acho que realmente sai do discurso e vem para a prática, realmente, trazendo uma criança para sentir o gostinho, enfim, ter a sensação do que é ocupar uma cadeira dessas, de tamanha responsabilidade. Mas aproveitar o ensejo, Presidente, sugerir a Vossa Excelência, se não me engano é um projeto até do vereador Luck, para retomar, se não me engano chamava ‘Legis Ativo’,



mas para retomar aquele projeto de levar a Câmara para dentro das escolas, onde apresenta o papel do Poder Executivo, o Legislativo, o Judiciário, ou seja, começa a imputar ali, na consciência, na formação das crianças, do ser humano, o papel de cada um, da reponsabilidade, para enfim ensinar essa matéria, vamos chamar dessa forma, ensinar essa matéria para que as crianças realmente se atentem para as questões importantes da nossa cidade”. Senhor Presidente: “bacana. Vamos analisar. Aproveitando a palavra do Álvaro, eu recebi uma correspondência agora, no final da tarde, do Executivo, que a partir de hoje você vai ser o representante do Executivo aqui, na Casa, não é? Então, com o maior prazer. Parabéns ao Executivo pela escolha, pela sua capacidade, pela sua experiência. Está bom? Seja bem-vindo nessa nova função”. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia cinco de outubro de dois mil e vinte e um foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por nove votos. A Senhora Secretária proferiu leitura da correspondência recebida: Mensagem nº 67, de 18 de outubro de 2021. Do Prefeito Municipal João Marcelo Dieguez Pereira. Comunica, na forma do artigo 147 do Regimento Interno da Câmara Municipal, a indicação do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo (Avante) para a função de Líder de Governo. Senhor Presidente: “seja bem-vindo, Álvaro”.



Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o senhor me permite? Eu quero cumprimentar o Álvaro. Eu sei que não é praxe, mas o senhor me permite fazer uma fala aqui, rapidinho? Bom, primeiro, eu quero te cumprimentar, Álvaro, dizer que é com muita alegria que a gente recebe a sua indicação como líder de governo. Espero que você consiga traduzir as vontades da Casa para o governo de uma forma isenta, de uma forma transparente, que a gente possa realmente ter representação no governo através da sua pessoa e através da mediação que você, sem dúvida nenhuma, irá fazer com maestria como sempre o fez em tudo que pega para fazer. Segundo, Senhor Presidente, eu vou ser breve, eu estou recebendo aqui, agora, e não é requerimento, é só um relato mesmo, eu estou recebendo fotos aqui de Honório Bicalho, das chuvas em Honório Bicalho, agora, nesse momento, com certeza de chuvas, a situação atual lá agora. Eu falava das chuvas no Matadouro aqui, uma das minhas primeiras ações como vereador, nessa legislatura. E eu gostaria muito, Álvaro, que a administração que está com uma verba interessante, que tem capacidade técnica, que olhasse para as nossas regiões que estão sofrendo, mas não estão sofrendo pouco, não, estão sofrendo muito com a questão das chuvas. Já falei de Matadouro, eu tenho no Nossa Senhora de Fátima um punhado de regiões ali com as encostas tudo caindo e Honório Bicalho que é um problema, assim, que vai acontecer ali uma coisa muito ruim, vai continuar acontecendo. É muito triste, eu fui nas últimas chuvas ajudar as pessoas, a gente entrou no barro lá e viu a dificuldade que as pessoas de Honório Bicalho estão passando, Santa Rita também, em



função da questão das chuvas e de uma falta de organização da administração, sem nenhum... Eu não quero fazer nenhuma menção a esse governo, ao outro governo, falta uma articulação da administração para fazer aquilo ali, resolver a situação daquilo ali. Então, já fica aqui como primeira solicitação minha: que você seja o nosso porta-voz aqui, que eu tenho certeza que quando afeta Honório Bicalho, Bela Fama, José de Almeida que eu vi lá uma casa que foi inundada, no início da administração passada, a gente solicitava que se fizesse obras ali. E você consiga fazer realmente esse nosso grito que está frequente aqui, na Casa, ecoar no governo, que eles tenham sensibilidade de fazer as obras que são necessárias para resolver aquela situação de Honório Bicalho. Senhor Presidente, muito obrigado pela oportunidade da fala”. Senhor Presidente: “só um detalhe, você tem mais dados sobre Honório Bicalho?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “na verdade, como a gente tem uma relação muito boa lá em Honório Bicalho, as pessoas acabam mandando foto, e a chuva mais uma vez entrando para as casas, alagando as ruas e deixando o bairro de Honório Bicalho na situação que a gente já está acostumado a ver lá”. Senhor Presidente: “deve ser na parte da praça ali”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “boa noite, vereadores. Boa noite ao público que nos acompanhar de forma presencial e remota. Eu queria aqui concordar com tudo que o Silvânio disse por que ele tocou num ponto e que eu estou falando desse ponto já tem muito tempo, antes da chuva vir, a gente já estava alertando: ‘cadê as políticas públicas voltadas para o manejo das águas de chuva, para a drenagem urbana?’. Eu estive hoje na



Chácara dos Cristais, num ponto crítico que, há um ano e nove meses, tirou a vida do Benício Cardeal e a família continua numa situação crítica, sem o aporte de uma política pública habitacional séria, sem um norte, sem ser ouvida, sem ser acolhida. Então, eu peço aqui, ao Álvaro, se ele conseguir que pelo menos os nossos requerimentos sejam respondidos já vai ser um grande avanço. E outro avanço é que trate essa Casa com mais respeito porque a gente está aqui representando a sociedade e os clamores da população que sofre com a chuva, que sofre com o transporte público péssimo, que sofre diariamente com os problemas de uma cidade que é extremamente rica. Então, se já puder fazer com que as nossas vozes aqui cheguem no Executivo e que a gente seja tratado com o respeito que merecemos porque todos aqui foram democraticamente eleitos, eu já fico por satisfeita, porque requerimento não são respondidos, ofícios não são respondidos, a gente está falando das chuvas desde o início do ano e nada foi feito ou muito pouco foi feito, muito aquém do que a população merece. E a gente, como o meu pai sempre me ensinou, fazer política, gente, é lidar com vidas, com sonhos e com a esperança das pessoas. Se a gente continuar de braços cruzados, esperando alguma resposta, enquanto a chuva está caindo, entrando na casa das pessoas e as pessoas estão perdendo seu patrimônio, estão perdendo vidas, a gente está aqui fazendo nada. Então, a gente está aqui alertando o Executivo da importância de se criar uma política pública, um plano diretor de manejo de águas de chuva, de drenagem urbana para uma cidade que tem diversos pontos que alagam, que tem diversos pontos que sofrem sempre com



as chuvas. Então, assim, errar é humano, mas repetir, permanecer no erro é burrice, gente. A gente já viu o que as chuvas fizeram em verões passados, eu acho que já deu para aprender e que a gente não quer mais perder nenhuma outra vida para essas tragédias, então a gente precisa preparar a nossa cidade. Agora está no período de chuva, eu não sei como vai fazer, porque aí vai paralisar todo tipo de obra que vise essas melhorias. Fazendo chegar esses clamores, já me dou por satisfeita. Obrigada”.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “já vai melhorar muito. Juliana, a administração pública tem um princípio que não é muito falado, mas que é de extrema importância, que é o do poder-dever, a administração não só pode fazer, ela deve fazer. E nesse caso, a falta do planejamento é um dever que a administração tem deixado de fazer e não é por falta de alerta da Casa porque eu participei da legislatura anterior aqui e a gente falava isso, pedia, cobrava. É muito triste a gente saber que ainda não houve esse planejamento para mitigar essas situações que a gente tem vivido. Senhor Presidente, muito obrigado, desculpa a fala fora do horário. Eu peço inclusive perdão aos meus companheiros, vereadores”. Senhor Presidente: “não; solidário à fala de vocês”

Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, pela ordem. Primeiro, agradecer os cumprimentos daqueles que o fizeram. Silvânio, nós fomos vereadores na legislatura passada e olha como é que são as coisas interessantes, os seis primeiros meses do mandato passado, eu me entendia como base do governo, até que foi proposta uma reforma administrativa, a história está aí para todo mundo saber e todo mundo



conhecer. Naquele momento eu me tornei, portanto, parece que inimigo público do governo, quando não concordei com o que foi proposto pelo prefeito da ocasião. De lá para cá, ou seja, três anos e meio, eu era oposição. Acho que mais que oposição, o senhor é testemunha disso, se eu tiver falando bobagem, o senhor me corrige por gentileza, eu acho que mais que oposição, eu mantive aqui um mandato independente porque se eu fosse oposição por oposição, tudo que viesse do Poder Executivo, eu ia votar contra, de forma irracional e esquecendo de ouvir a população. Então, ou seja, por isso que eu falo independência porque quando vinha projeto bacana para cá, eu voltava a favor, ou seja, junto da base do governo. Então, de certa forma, eu estou agora conhecendo um pouco o outro lado da moeda, sabe? No sentido de ter contato, diálogo com o prefeito e de buscar essas informações. Então, já tratando de pronto do assunto enchentes, alagamentos, eu confesso para o senhor que eu não sei o que o governo planejou, eu estou assumindo a liderança hoje, então eu preciso de um tempinho para tomar pé das coisas, naturalmente. Mas eu gostaria de ir com o senhor na prefeitura para a gente conhecer o que a prefeitura está fazendo, se está fazendo alguma coisa, até para a gente ter o direito de apontar o dedo, né? E até a gente ter a oportunidade de propor soluções. Nós não somos da área de engenharia, enfim não é a nossa praia, mas a gente caminhar pelo bairro, ouvir as pessoas, porque às vezes muitas daquelas que não tem a formação acadêmica, mas por viver o dia a dia e os problemas, às vezes tem uma solução até às vezes mais barata que resolve o problema. Então, para a gente ir junto e o



governo entender o que está acontecendo. E aí, se não tiver fazendo nada, eu vou ser o primeiro a criticar. Não estou aqui para ficar passando pano em ninguém, não esperem isso de mim. O senhor bem sabe também que eu sempre briguei para a Câmara ter uma postura independente do governo e disso eu não abro mão, independente de qualquer circunstância, de qualquer posição que eu ocupe. Eu estava conversando com o Thiaguinho aqui, agora, né Thiaguinho? Que eu acho que a união que existe aqui, ou seja, o movimento em grupo que existe é interessante para a Câmara, mas que seja feita de forma racional, de forma que atenda aos interesses da população; esse é o nosso desejo e vocês vão encontrar em mim isso, eu acho que além disso, nós não vamos ter conversa, né? Então, fica a título de sugestão aqui, para gente ir lá junto e entender o que pode ser feito. Só para finalizar, Presidente, quando eu recebi o convite para assumir a liderança, eu falei com o prefeito e com algumas outras pessoas que estavam juntas, falei: ‘prefeito, eu acho que o governo está preocupando muito com as questões estruturantes, com as questões macros’, vamos falar assim, porque o que está se propondo a fazer, eu estou de certa forma, encantado com o que vai ser divulgado e proposto, mas ao mesmo tempo eu disse: ‘vocês estão se preocupando com o atacado, estão se esquecendo do varejo. Vocês têm que se atentar para as associações de bairro, para a vida cotidiana da população e não só para as grandes obras’. Eu acho que surtiu efeito, amanhã já está sendo feita uma reunião, à noite, para organizar essa relação com as associações de bairro. Então, já vi um bom avanço nisso. Vamos lá depois, tá,



Silvânio?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ótimo, eu agradeço. Só como ele me citou, Presidente, eu quero fazer justiça aqui. Realmente, no mandato anterior a gente tinha dois vereadores nessa Casa que foram totalmente, eu não vou dizer independentes porque eu acho que falar independente é muito... Mas que trataram com muita lisura o mandato, é lógico os outros também, mas na forma de oposição, vamos dizer assim. O Flávio que fazia isso com maestria, conseguindo harmonizar a Casa nos momentos necessários, né? E também o senhor que fez isso muito bem feito”. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “Presidente, questão de ordem, o senhor me concede um minuto? É parabenizar primeiro o vereador Álvaro. Não tenho dúvida da sua conduta, como você vai conduzir. A liderança é uma coisa muito importante, estava fazendo falta a liderança do governo nessa Casa, que venha e que venha com harmonia, que esta Casa, até hoje, manteve a harmonia. Tivemos, sim, no começo, desafetos, eu não sou de deixar passar, mas até o momento, eu acho que a harmonia entre os vereadores está permanecendo, o respeito; eu acho que isso é muito importante. E eu tenho certeza que você veio para somar, vai representar bem o governo e vai poder também ser o porta-voz de todos os vereadores, tá bom? Parabenizar. E falar sobre a questão da chuva, Presidente, eu quero até ressaltar que a Defesa Civil agora sofreu uma mudança, o nosso amigo Robson que está lá coordenando, sei que não é uma tarefa fácil, porque se a gente tem um erro muito grande em nosso país é pensar na chuva quando ela está caindo, é um pouco triste isso. A população, o anseio dela é tão grande que a gente vem sofrendo cobranças pela



população, a chuva vai chegar, ainda não estou vendo máquina, não estou vendo obra. Então, isso é uma dificuldade muito grande. Eu acho que a gente tem que pensar nessa de agora, na próxima e na próxima, para gente poder não ver circunstâncias como foram vistas no nosso município. Obrigado”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “Senhor Presidente, só questão de ordem. Não vou me alongar muito, mas novamente só para parabenizar o Álvaro. A gente sabe da sua competência, eu tenho certeza que você vai conduzir muito bem essa nova empreitada. Sobre a questão das chuvas, eu tenho alguns requerimentos feitos também, estou acompanhando muito de perto. Realmente, a Juliana tocou em um ponto que está dentro de um requerimento que vai ser lido hoje, vou deixar para a parte, para a gente poder discutir, tá bom? Obrigado, Presidente”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.022/2021, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a instituir o programa de conscientização sobre a menstruação e a distribuir itens relacionados à saúde menstrual”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem, Presidente. Como professora, eu vejo que é uma temática que a gente precisa realmente votar com uma urgência, para que as nossas jovens do município possam ser atendidas o quanto antes. Então, eu peço dispensa de interstício e que seja votado em primeira e segunda votação ainda essa noite, por favor”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “pela ordem, Presidente. Parabenizo a minha colega, vereadora Viviane, pelo pedido e ao Poder Executivo pela sensibilidade em tratar sobre



essa temática que impede com que mulheres e meninas jovens vão à escola estudar por uma questão que é básica. Outro dia eu estava conversando com uma grande amiga minha, a Laís, que inclusive foi candidata à prefeita de Divinópolis, e ela estava me falando assim: ‘Juliana, a gente pode negar papel higiênico para as pessoas em banheiro público, nos espaços? Não pode’. Assim como a gente também não pode negar a meninas em situação de vulnerabilidade um produto que é de necessidade básica, então, parabênzo ao Poder Executivo. E também queria falar que esse substitutivo caiu muito bem, caiu como uma luva porque ele traz maior segurança jurídica e ele também amplia a acessibilidade e a aquisição de absorventes para mulheres em situação de vulnerabilidade, com esta alteração, a política possui maiores condições de ser implementada em Nova Lima. Então, a importância também de a gente tramitar os projetos de lei aqui, dentro da Casa, com muita atenção e, assim, garantir uma segurança jurídica maior, como bem fez o Executivo ao trazer e apresentar esse substitutivo ao projeto que eles haviam encaminhado anteriormente”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “Presidente, só uma correção, dispensa de interstícios e pareceres, por favor, e primeira e segunda votação”. Senhor Presidente: “tudo bem. Consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de pareceres e interstícios e que se faça a primeira e segunda votação, ainda nessa reunião, do Projeto de Lei nº 2.022/2021, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a instituir o programa de conscientização sobre a menstruação e a distribuir itens relacionados à saúde



menstrual”. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, eu aprovei a dispensa, votei a favor do pedido da vereadora, mas desde já comunicando que vou pedir vista e vou justificar o pedido. O projeto, se não me engano, a senhora pode me corrigir, está lá como fonte pagadora a Secretaria de Saúde, não é? Saúde”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “de saúde?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é porque eu não tenho projeto aqui”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “espera aí, deixe-me conferir para o senhor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “está no último artigo, se não me engano. É orçamento da Secretaria de Saúde, não é?”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pois é, aí é que tá. E eu vou aproveitar a presença da senhora e da vereadora Juliana para a gente construir um raciocínio junto para saber se, vamos dizer, eu estou no caminho certo. O que está colocado, na prática o que quer dizer? A Saúde vai custear, vai bancar esse custo, se não me engano, é um custo de quatrocentos mil reais por ano. E lá o que está preconizando? Todo mundo vai poder ter acesso ao absorvente de forma gratuita, a prefeitura vai distribuir, quando gastar esse saldo de quatrocentos mil, acabou a distribuição de absorvente. Então, não necessariamente, quem precisa dessa distribuição vai ter acesso, porque da forma como está, todo mundo, independente de classe social, de região que mora, vai poder receber esse absorvente. A minha ideia é colocar como fonte pagadora a



Secretaria de Desenvolvimento Social e nessa legislação incluir os critérios e as faixas das jovens que vão poder ter acesso, porque senão, vou dar um exemplo aqui que está me passando pela cabeça agora, vai vir uma pessoa que mora, e não é demérito falar, vai vir uma pessoa que mora na região dos condomínios, ‘ah, eu esqueci de comprar, estou atrasada, eu vou pegar aqui’ e às vezes vai pegar de alguém que está precisando mais que ela. Então, a minha ideia é só mudar essa fonte pagadora porque aí não vai estar vinculado ao saldo do orçamento e, sim, às pessoas que efetivamente precisam ser contempladas com essa política pública. O raciocínio está certo?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “Álvaro, você me permite?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “fica à vontade. É para agregar mesmo”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “eu acho que o primeiro ponto para contribuição dessa discussão é o fato de que o projeto de lei foi encaminhado em regime de urgência e, seguindo o nosso Regimento Interno, a gente não consegue...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, é substitutivo, está entrando em pauta agora”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “não, mas o projeto de lei é em regime de urgência, o prioritário, o primeiro, ele é substitutivo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “quando que ele entrou em pauta? Em março. Já estourou o prazo de urgência”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “mas aí é questão do Regimento Interno”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “então já tinha que ter sido votado em abril, se fosse respeitar o regime de urgência. Entendeu? Como está entrando um substitutivo, ele está começando



a tramitação do zero”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “mas é em regime de urgência”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “tá, tem 45 dias para votar, está entrando em pauta hoje”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “sim, mas não pode pedir vista”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “oi?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “não pode pedir vista”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pode, pode. Ele tem 45 dias para tramitar e, na verdade, ele está entrando em pauta hoje, portanto, ele tramitaria ao longo de cinco semanas”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “mas aí, ela solicitou a votação”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “solicitou”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “aí você vai pedir vista?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vou”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “eu acho que poderia ser consultado o...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “regime de urgência pode, são 45 dias”. Senhor Presidente: “já foi consultado aqui, agora, eu posso conceder a vista”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pode”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “ah, não, então, tranquilo. Então, vamos lá. Não, é porque eu acho que a gente tem que começar do início”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “perfeito”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “então, se essa parte já foi superada, seguimos para o segundo ponto. O seu questionamento é com relação ao orçamento vir da Secretaria de Saúde e não da Secretaria de Desenvolvimento Social?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “posso? É, exato, a discussão é essa, por quê? Porque vindo pela Saúde,



vai ser liberado para todo mundo e às vezes a pessoa que não precisa receber, que está em uma condição que ela pode efetivamente comprar, mas da forma como está, vai poder ter acesso. E a minha ideia é destinar esses absorventes para aquelas pessoas que precisam, para as meninas que precisam. Portanto, quando você vincula o orçamento ao Desenvolvimento Social, você consegue preconizar quais seriam essas categorias, enfim esses detalhamentos do público que pode ser contemplado”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “e aí entraremos naquela questão do desafio do orçamento da pasta de Desenvolvimento Social ser bem inferior à questão da Secretaria de Saúde. Talvez convocar alguns secretários para ver a possibilidade de alteração do orçamento vir de outra pasta, porque imagino que eles tenham colocado a Secretaria de Saúde por ser uma secretaria mais rica mesmo, que possua mais recursos”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, eu confesso que acho que não. Mas eu acho que antes de convocar o...”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “se eu puder ter um aparte”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “só para eu finalizar. Eu acho que antes de a gente até mesmo convocar o secretário, se a gente puder fazer essa conversa diretamente com o secretário, em vez de convocar, ou seja, criar, vamos dizer, uma burocracia, a gente já resolver isso administrativamente com ele. Talvez já resolva e na semana que vem, a gente vote esse projeto”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “Álvaro. Posso, Presidente?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “estou satisfeito”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “tá. Primeiro, te parabenizar por



você se tornar líder de governo. Eu espero que a gente possa realmente construir políticas públicas e políticas de desenvolvimento para o nosso município e pode contar comigo, estarei sempre de portas abertas para a gente dialogar porque eu acho importantíssimo. E conforme foi lido na justificativa feita pelo próprio Executivo, hoje esse assunto se tornou um assunto de saúde pública e eu não vejo problema, é o meu ponto de vista, eu não consultei o jurídico, eu não vejo problema e nós temos que lembrar que contribuinte e cidadão são todas as pessoas, todos têm o mesmo direito, indiferente de classe social A, B ou C. E, na hora da necessidade, aí eu vou te falar que quando a mulher necessita, não dá tempo de ela ir à farmácia, não. E às vezes ela vai estar num setor que ela pode ser atendida e dependendo das diretrizes e do formato que for construído, que aí realmente eu acredito que a área de saúde tem que, pós ser sancionada a lei, criar as diretrizes e a gente poderia contribuir com essas diretrizes num formato que atenda às expectativas. Eu entendo o seu anseio, a sua expectativa, mas na hora da necessidade é o que está mais próximo da mulher é que salva naquele momento, porque realmente é uma situação constrangedora. Eu te falo que quando o Executivo cita aqui a questão da ausência das meninas na escola, isso é uma realidade e muitas vezes a gente nem consegue saber pela vergonha que elas têm de assumir que elas não vão à escola naquele período porque elas não têm como adquirir. Então é uma questão de saúde e realmente é uma pasta que tem um valor que possa agregar e isso pode ser feito nas UBS, o centro de distribuição atendendo escolas da rede municipal, da rede



estadual e por que não até da rede particular também, porque são situações que realmente, a meu ver, são amplas, é questão de saúde da mulher e a gente não deve priorizar classe social, exceto se o município não tivesse uma arrecadação que desse para comprar para todas, se o nosso município tivesse uma redação pequena, aí sim, mas o nosso município tem valores que dá para contemplar. Eu acredito que realmente quem vai buscar é quem precisa. É só o meu ponto de vista. Obrigada”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “perfeito, a ideia é essa”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “é porque eu estou tentando ler pelo celular o projeto de lei e parece que na questão que envolve o público-alvo não sofreu alteração do projeto inicial. E aqui eles delimitam o público, pessoas do sexo feminino, estudantes de rede pública municipal de ensino, de rede pública estadual, das escolas localizadas no município de Nova Lima, com vistas a evitar e combater a evasão escolar e garantir o acesso à saúde e também...”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “está no artigo 4º”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “isto está no substitutivo e era algo que já vinha do projeto original. E eles falam no art. 2º. O programa instituído por esta lei constitui estratégia para promoção da saúde, atenção, higiene e efetivação do acesso à educação, com os seguintes objetivos gerais, aí ele fala dos objetivos que são combater a pobreza menstrual, atenção à saúde da mulher e aos cuidados básicos relacionados à menstruação, que aí engloba a questão da saúde pública e talvez, por isso, escolheram a Secretaria de Saúde, por ser uma coisa que, se não for garantido o absorvente, pode



gerar problemas de infecção urinária e tantos outros que afetam o serviço básico de saúde. Então, assim, se você garante o absorvente, você vai reduzir o número de mulheres com problemas de infecção, entre outros. Pode ser talvez que venha por aí também, mas a partir do momento que o projeto já delimita o público-alvo desde o projeto inicial e mantém-se isso no substitutivo, será que há a necessidade? Bom, assim, é só um questionamento, como eu posso dizer *brainstorming*". Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: "não, pois é. Posso? Eu acho que sinceramente pode ser que a gente agarre um pouquinho, mas eu acho que é extremamente saudável esse tipo de discussão que raríssimas vezes a gente vê. Na verdade, esse entendimento que eu trouxe aqui me foi apresentado por alguns membros do Conselho Municipal de Saúde, eles que trouxeram esse tipo de preocupação. De qualquer forma, eu vou pedir vista, respeitosamente, vereadora. Porque aí, ao longo dessa semana, a gente consegue sanar essas dúvidas e tranquilamente vota esse projeto na semana que vem. Está ok?". Vereadora Viviane Gomes de Matos: "está bom". Senhor Presidente: "concedida a vista ao vereador Álvaro". 2) Projeto de Lei nº 2.080/2021, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que "Dispõe sobre os métodos de avaliação dos serviços médicos prestados à população do Município de Nova Lima". Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Senhor Presidente: "só corrigindo, vereador Álvaro, a vista será concedida no momento da votação". Vereadora Juliana Ellen de Sales: "Presidente, questão de ordem. E a questão do artigo 211 do Regimento? Realmente



pode ser uma questão interpretativa, mas...”. Senhor Presidente: “é claro”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “é só uma pergunta ao jurídico. Obrigada. Desculpa, Presidente”. Senhor Presidente: “pois não”. 3) Projeto de Lei nº 2.086/2021, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Assegura o direito aos proprietários de cães-guia no transporte público do Município de Nova Lima”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 4) Projeto de Lei nº 2.088/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 2.810, de 23 de dezembro de 2020”. (Doação de terreno e celebração de convênio com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais). Vereador Thiago Felipe de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Peço que consulte o Plenário para a dispensa de pareceres e interstícios, uma vez que esse projeto é de grande importância para a cidade, é uma alteração bem pequena e um convênio com o Estado de Minas Gerais, a gente sabe que tem que ser rápido, temos que ter agilidade porque a gente não pode perder também, são benefícios que vem para a nossa cidade e vai agregar muito numa região muito importante. Então, eu peço que consulte para a gente. Obrigado”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de pareceres e interstícios e que se faça a primeira e a segunda votação, ainda nessa reunião, do Projeto de Lei nº 2.088/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 2.810, de 23 de dezembro de 2020”. (Doação de terreno e celebração de convênio com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais). Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. 5) Projeto de Lei



nº 2.089/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente a Lei Municipal nº 2.825, de 12 de março de 2021, autorizando o Poder Executivo Municipal a majorar o valor do repasse, a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros, no exercício de 2021, à entidade beneficiária que discrimina, além de dar outras providências” – Lar dos Idosos Nossa Senhora de Lourdes. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “pela ordem, Presidente. Vou pedir para tirar uma dúvida com o jurídico da Casa porque eu fiquei muito na dúvida com relação à necessidade desse projeto tramitar aqui, na Casa. Eu estive o Lar dos Idosos em julho e lá, realmente, precisa de um apoio, de um suporte do poder público. É a nossa única casa específica para acolher idosos, hoje são cerca de trinta e quatro pessoas morando lá. Está precisando de reforma, está precisando de melhorias na estrutura, só que para a gente buscar celeridade para algo que é tão urgente, eu queria consultar o jurídico da Casa se, de fato, há necessidade de esse projeto passar pela Câmara, porque segundo o artigo quarto da LOA que a gente aprovou aqui, na Casa, o Poder Executivo pode, sim, fazer abertura de crédito suplementar por decreto, ou seja, não precisaria passar por comissão, votação em primeira e segunda, e seria muito mais rápido para o Lar receber o recurso que eles tanto precisam. E até agradecer aqui a Silvana que hoje é coordenadora técnico administrativa do Lar dos Idosos, que me recebeu com muito carinho, com muita atenção, me mostrou toda estrutura do Lar, o que está precisando de ser reformado. Eu fui lá junto com a Raquel Abdala do Rotary Nova Lima, Rotary Estrada Real. A gente



estava tentando buscar parcerias com outros institutos, outros setores, mas esse apoio do Poder Executivo é fundamental para que os trabalhos ocorram e para que haja as reformas necessárias. Eu acho que vale uma avaliação, por parte do jurídico, para que o Executivo faça isso via decreto. Aí vai ser só em uma canetada e a coisa anda mais rápido”. Senhor Presidente: “Juliana, nós vamos encaminhar ao jurídico para fazer um parecer e vamos encaminhar para o Executivo esse parecer. Se for a favor, ótimo. Se for contrário, nós damos andamento”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente. Eu quero só, Juliana, ressaltar aqui que concordo com a sua colocação, acho que a proposição é extremamente importante, mas como já fui vereador em outros mandatos, assim como outros aqui, a gente sabe que muitas vezes isso quando sai na rua, fica parecendo que a gente está querendo embarreirar o processo. Na sua colocação está muito claro, mas eu também quero deixar de minha parte aqui, ao compactuar do seu pensamento, de que a intenção é justamente dar celeridade ao processo, é para que a instituição possa ser contemplada com muito mais velocidade. É só deixar isso claro mesmo, que é importante nesse processo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente. Posso estar enganado, mas esse valor repassado ao Lar dos Idosos está vinculado não à LOA, mas à Lei de Subvenções, que não tem a questão dos trinta por cento de livre remanejamento por parte do prefeito, sem autorização legislativa. Portanto, na Lei de Subvenções, inclusive emendada por alguns aqui, o Zelino apresentou várias emendas, lá vem o valor especificado do repasse através de



subvenção. Por isso que eu acredito que esse projeto esteja chegando aqui. Agora, a título de sugestão, para que realmente a gente acelere esse processo e que não fique o recado de que parece que né? E eu concordo com o Silvânio, porque Nova Lima é a capital mundial da fofoca, não é, Silvânio? Aqui, quem conta um conto aumenta um ponto e por aí vai. A gente pedir ou solicitar parecer conjunto, ou seja, ele vai tramitar normalmente, normalmente, não, através de parecer conjunto para semana que vem, enquanto isso, o jurídico pode nos informar sobre o correto procedimento. Eu acredito que seja por conta disso, está vinculado à Lei de Subvenções, que é uma outra lei diferente da LOA”. Senhor Presidente: “vou consultar o Plenário sobre a solicitação, o parecer conjunto, eu acho que não tem... Estou consultando vocês, já ia dar minha opinião aqui. Está ok, então? Em discussão, em votação. Aprovado por nove votos o parecer conjunto. Enquanto isso, será encaminhado às Comissões de Legislação e Justiça, Serviços Públicos e Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, e diretamente também ao jurídico para análise. Tá, Juliana?”. 6) Projeto de Lei nº 2.090/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente a Lei Municipal nº 2.825, de 12 de março de 2021, autorizando o Poder Executivo Municipal a majorar o valor do repasse, a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros, no exercício de 2021, à entidade beneficiária que discrimina, além de dar outras providências” – Programa Bolsa Formatec/Sebrae. Vereador Danúbio de Souza Machado: “questão de ordem, Presidente. Eu acho que a gente está entrando na mesma situação já falada aqui, da lei



anterior. Nós sabemos da importância do Sebrae na formação dos nossos alunos em Nova Lima, sabemos da importância dessa bolsa. Eu estive na Associação Comercial durante três anos, que hoje é a mantenedora da escola. Então, eu gostaria de também pedir à Casa, pedir ao amigos que a gente pudesse pedir um parecer conjunto, também fosse analisado junto ao jurídico, a mesma situação do projeto de lei anterior, o 2.089".

Senhor Presidente: "pois não. Consultando o Plenário a pedido do vereador Danúbio a respeito do parecer conjunto. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Vamos encaminhar o Projeto de Lei 2.090/2021 à Comissão de Legislação e Justiça, à Comissão de Serviços Públicos, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas e, concomitantemente, nós vamos mandá-lo também para o nosso jurídico para posterior análise, igual ao projeto anterior".

7) Projeto de Lei nº 2.091/2021, autoria do Poder Executivo, que "Revoga a Lei Municipal nº 2.205, de 06 de junho de 2011, e dispõe sobre organização da Política de Assistência Social em Nova Lima". Vereador Silvânio Aguiar Silva: "Senhor Presidente, esse projeto é o projeto que a gente participou da discussão dele aqui, eu, o senhor, o Claudinho, assessores da maioria dos vereadores, não é isso mesmo? Senhor Presidente, primeiro, eu quero parabenizá-lo por provocar aquela reunião. Eu imagino que a abertura dessa Casa para aquele tipo de discussão torna a política muito mais rica e muito mais efetiva quando a gente, naquele momento, tem a condição de discutir com a ponta, com o profissional que trabalha no dia a dia, com o conselheiro. Então, eu



quero cumprimentá-lo pela ação daquele dia. Cumprimentar também o secretário que esteve presente aqui, conosco, esclarecendo os fatos que precisavam ser esclarecidos. E, por fim, como a gente aquele dia conversou e tal, eu gostaria de pedir que esse processo tramitasse nas comissões de forma conjunta para que ele tenha mais celeridade. Eu que fui vereador no último mandato, o Álvaro também, esse projeto teve várias discussões no passado e a gente não conseguiu fazê-lo evoluir. Então, essa tramitação conjunta eu penso que seria muito produtiva para a Casa e para a política pública”. Senhor Presidente: “colocando em votação o pedido do vereador Silvânio, parecer conjunto. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.091/2021 à Comissão de Legislação e Justiça, Serviços Públicos, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “Presidente, pela ordem. Eu queria agradecer a presença da Laurinha que está sendo vereadora mirim por um dia, no mês das crianças. Já está tarde, amanhã ela tem jiu-jitsu, natação, é uma menina super ativa, tem aula à tarde também e precisa descansar, dormir cedo. Os trabalhos permanecem por aqui, mas eu queria agradecer, Laurinha, a sua presença, que Deus continue abençoando a sua vida, a vida da sua mãe, a Sonali, e de todos da sua família. Muito obrigada por ter aceito o convite, por ter alegrado o meu dia. E aos demais por terem acolhido com tanto carinho a Laurinha aqui hoje”. Senhor Presidente: “Laurinha, vai com Deus. Fica à vontade”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “palmas para você, Laurinha”.



8) Projeto de Lei nº 2.092/2021, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Dá a denominação ao logradouro público que menciona, além de dar outras providências” – Pontilhão Paulo Seabra. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “pela ordem, Presidente. Eu queria parabenizar o seu projeto de lei. Eu estive na minha última ida a Brasília, foi esse mês ainda, eu acho, estou perdendo um pouco a noção do tempo, eu estive com o Zé Silva, deputado federal, Presidente do Solidariedade, e ele me falou com muito carinho e muito apreço pela figura do Paulo e de toda a família do Paulo Seabra. Então, eu tenho certeza que o deputado federal Zé Silva ficou muito contente com a sua homenagem e imagino que também a família do Paulo ficará muito feliz. Parabéns pela sensibilidade, pelo carinho com os nova-limenses que fazem e fizeram parte da nossa história”. Senhor Presidente: “obrigado, vereadora”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, também quero cumprimentá-lo e de uma forma até muito... É uma tristeza saber que a homenagem é nessa situação, de qualquer forma, o senhor ter essa sensibilidade e ter lembrado do Paulinho é de grande louvor para a gente. O Paulinho foi uma pessoa muito atuante na política de Nova Lima, desde seu pai, da família e de todo esse processo. Foi presidente do meu partido, ganhei a eleição no partido dele, ali capitaneado pelas ações do Paulinho. Nós estivemos, eu, o Paulinho, meu companheiro Zelino em Brasília, no momento em que a gente, dentre outras coisas, pleiteou essa verba que veio para a construção daquele gradil. O Paulinho brigou muito por causa daquilo, porque a verba... Eles não faziam a coisa de jeito nenhum e tal, e aquilo para



ele era uma bandeira muito forte. Então, eu fico feliz de o senhor ter lembrado do Paulinho. Cumprimentar também, não posso deixar de maneira nenhuma de cumprimentar o deputado Zé Silva, cidadão honorário de Nova Lima, é uma pessoa que tem um carinho muito grande com a nossa cidade. Zé Silva, como o senhor muito bem lembrou, ele trouxe várias emendas para o município, principalmente a gente tentou naquele momento para saúde, o governo meio que não executava exatamente como estava lá, mas a gente tem uma tranquilidade muito grande de saber que, por intermédio do Paulinho, a gente conseguiu trazer várias emendas para a cidade de Nova Lima. Então, parabéns para o senhor, sintá-se cumprimentado, eu tenho certeza que a família dele vai se sentir muito honrada com essa sua homenagem, com essa nossa homenagem, não é mesmo?”. Senhor Presidente: “é, eu quero estender a todos porque o Paulinho, além de ser um amigo, uma pessoa especial na sociedade nova-limense. E aquela discussão do viaduto era uma discussão eterna, todos davam uma ideia, todos falavam, mas desde a ida dele, eu não sabia, desde você, o Zelino foram até lá, no Zé Silva, e conseguiram também essa verba. Eu acho que essa homenagem é muito justa porque aquele gradil teve mil falas, mas quem conseguiu a verba para a execução e tudo foi ele. Eu acho que é uma justa homenagem, sim”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, se o senhor me permitir, já que o senhor abriu essa possibilidade de a gente assinar o projeto junto, eu gostaria muito de assinar esse projeto junto com o senhor, é uma homenagem muito justa ao Paulo”. Senhor Presidente: “convido a todos para



assinar”. Vereador Joselino Santana Dias: “pela ordem, Presidente”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “eu topo”. Vereador Joselino Santana Dias: “eu também quero assinar em conjunto com o senhor. E, como o Silvânio acabou de dizer, como todos vocês acabaram de falar do gordinho, que eu o chamava de gordinho, o Paulo era da minha cozinha, não só o Paulo como o filho dele, o Benjamim, a esposa dele, a gente tem uma amizade muito grande. E Silvânio tocou num ponto que eu fiquei até emocionado, foi uma viagem que a gente fez para Brasília, onde o deputado Zé Silva nos recebeu com muito carinho em sua casa. E, assim, foi uma viagem que ficou para a história, né Silvânio? Não tem como não lembrar dessa viagem, que aconteceu tanta coisa nessa viagem, até carona em caminhão de batata nós tivemos que pegar para buscar gasolina, por causa de um determinado cidadão mão de vaca que não queria abastecer, mas deixa para lá. Que Deus dê ao Paulo um bom lugar e essa homenagem é mais do que justa”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “o senhor me cede um aparte, já que o senhor lembrou da viagem?”. Vereador Joselino Santana Dias: “com certeza, Silvânio”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “a viagem, Juliana, foi muito interessante porque a gente resolveu ir de carro para Brasília, para visitar o Zé Silva e tal. E eu, como sempre, eu falei: ‘ah, não, eu vou dirigindo esse carro’. E o outro aqui é instrutor de autoescola, então você imagina o que foi essa viagem. E chegou num dado momento, era só reta, reta, reta, eu falei: ‘não, a gasolina dá, nós vamos chegar ao outro posto’. E a gasolina do carro acabou, então ele realmente pegou carona num caminhão de batata e depois



veio um caminhão da 040, esses que dão socorro na estrada e o pessoal era de Nova Lima, ‘olha, que bacana os parlamentares aqui’. ‘Nós vamos lá visitar o deputado’. Mas foi uma viagem que eu vou contar para os meus netos no futuro”. Vereador Joselino Santana Dias: “gente, Silvânio, o carro, faltando dois milímetros para cair na reserva, Silvânio falou: ‘não, dá para chegar até no próximo posto’. Vocês imaginam fazendo a travessia do Estado de Goiás para chegar à Brasília, o posto mais próximo deveria ter uns 280 a 300 quilômetros”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ainda bem que tinha caminhão de batata”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “pela ordem, Presidente. Só mesmo também pedir para assinar junto. Realmente é uma homenagem merecida e a gente estende disso a toda família. O senhor foi de uma sensibilidade muito grande e o Paulo merece essa homenagem. Gostaria de assinar junto também”. Senhor Presidente: “tranquilo. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.092/2021 à Comissão de Legislação e Justiça”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.003/2021, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Executivo a delegar, por meio de parceria público-privada, os serviços de iluminação pública no Município de Nova Lima”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Joselino Santana Dias: “pela ordem, Presidente. Eu gostaria de pedir a dispensa de interstícios e pareceres, que fizesse em primeira e segunda votação desse projeto ainda hoje”. Vereador Silvânio Aguiar Silva:



“parecer já foi, é só interstícios”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e que se faça a primeira e a segunda votação, ainda nessa reunião, do Projeto de Lei nº 2.003/2021, autoria do Poder Executivo, que Autoriza o Executivo a delegar, por meio de parceria público-privada, os serviços de iluminação pública no Município de Nova Lima”. Em votação, em discussão, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, só por curiosidade, esse é o número 2.003, existe o projeto também 2.002/2021 que de certa forma está atrelado a esse projeto, mas na pauta só está o parecer da comissão do 2.003”. Senhor Presidente: “como é?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pois é, tem o 2.002. não está na pauta mesmo, né, é isso?”. Senhor Presidente: “é. 2.003”. 2) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.083/2021, autoria do vereador Cláudio José de Deus, que “Dispõe sobre a proibição de queimadas no Município de Nova Lima, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente nomeou o vereador Thiago Felipe de Almeida como Relator da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. 3) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.085/2021, autoria da vereadora Juliana Ellen de Sales, que “Dispõe sobre a garantia da acessibilidade comunicativa à mulher com deficiência auditiva e/ou visual vítima de



violência doméstica e familiar”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Dando sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 2.053/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 1.584, de 30 de dezembro de 1998, criando os artigos 13-A, 13-B e 13-C” (Código de Obras). Senhor Presidente: “solicito à Senhora Secretária a leitura da emenda apresentada, de autoria do vereador Anísio Clemente Filho”. A Senhora Secretária proferiu leitura da justificativa da emenda modificativa. Senhor Presidente: “em votação a emenda apresentada, de autoria do vereador Anísio Clemente Filho. Os vereadores que concordam...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, perdão, em discussão, Álvaro”. Senhor Presidente: “em discussão, em votação”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “em discussão”. Senhor Presidente: “em discussão, em votação, porque é emenda, né? Os vereadores que concordam com a emenda...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, não. Eu quero discutir. Perdão”. Senhor Presidente: “ah”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é porque eu só queria entender de vossa excelência qual é a ideia da emenda”. Senhor Presidente: “a ideia da emenda é para priorizar as famílias de baixa renda porque no escopo do projeto, você deve ter em mãos”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “em mãos, não, mas eu li”. Senhor Presidente: “mas ele não está claramente falando em relação às camadas mais vulneráveis, as camadas mais baixas. O entender é que só as pessoas de



classe média, classe alta, o projeto pleitearia para eles. O intuito foi esse”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “perfeito. É porque no meu entendimento, pode mesmo não estar claro, mas na questão do projeto contempla toda a população”. Senhor Presidente: “ótimo. Então, é só o reforço ainda para estar bem claro”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pois é, mas na emenda do senhor está restringindo somente a classe, vamos dizer, mais vulnerável?”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Thiago”. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “o senhor me permite? Eu acho até interessante essa emenda, Senhor Presidente, por uma questão que Nova Lima hoje a parte habitacional é muito forte, é um setor muito grande, muitas pessoas estão sendo atraídas pela nossa cidade, pelo nosso município. E essa emenda é para viabilizar que as famílias que realmente necessitam, construam dessa forma, que seriam as famílias de baixa renda em zoneamento que sejam de baixa renda para evitar assim de surgir novos condomínios que tenham unidades unifamiliares. Eu gostaria até de assinar com o senhor se me permite”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Thiago. Os vereadores que concordam com a emenda permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Votação do Projeto de Lei nº 2.053/2021. Em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. 2) Projeto de Lei nº 2.076/2021, autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, que “Institui no Município o Programa de Coleta Sustentável de Pequeno Volume de Resíduos no âmbito do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Vereador



Thiago Felipe de Almeida: “Senhor Presidente, você me permite? Peço que consulte o Plenário para que seja votado em primeira e segunda votação esse projeto, para a gente dar celeridade ao processo. Obrigado”. Senhor Presidente: “em discussão, em votação o pedido do vereador Thiago Almeida, em primeira e segunda votação. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. A dispensa de interstícios, não é? Consultando o Plenário, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em primeira votação, em discussão, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em segunda votação, em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei 2.076/2021 à sanção do senhor prefeito municipal”. 3) Projeto de Lei nº 2.077/2021, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Autoriza o Poder Executivo a instalação e o uso de extensão temporária de passeio público, denominada PARKLET, além de dar outras providências”. Senhor Presidente: “solicito à Senhora Secretária a leitura da emenda apresentada, de autoria dos vereadores Danúbio de Souza Machado e Juliana Ellen de Sales”. A Senhora Secretária proferiu leitura da justificativa da emenda modificativa e aditiva. Senhor Presidente: “em votação a emenda apresentada, de autoria...”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “Presidente, para discutir. Primeiramente, agradecer ao vereador Danúbio pela parceria. Como eu disse, quando esse projeto foi lido, aqui na Casa, lá atrás, me entusiasmou demais saber que o Danúbio trouxe essa pauta para a Casa



porque tem toda ralação com minha formação de arquiteta e urbanista, isso contribui para cidades voltadas mais para o pedestre e não para os carros, isso contribui demais para o período que a gente está vivendo, de pandemia, onde o lugar mais seguro é ao ar livre. E ele, com todo carinho e respeito, se dispôs a conversar comigo para a gente construir uma emenda para garantir uma segurança jurídica maior e também por ter... Eu conversei com algumas pessoas que trabalham na área urbana de São Paulo e de Belo Horizonte, que me trouxeram alguns feedbacks desses anos que eles já têm de regulamentação dos parklets ou, como é chamado em Belo Horizonte, varandas urbanas, de que eles estão tendo muita dificuldade de implementar por causa da burocracia. Então, o exemplo é que, em Belo Horizonte, cento e trinta e quatro parklets já foram aprovados pela PBH, pela prefeitura de BH, para serem construídos, implementados, mas até o momento, sessenta foram de fato executados. Isso se dá por diversos fatores, incluindo a burocracia. E nesse momento de pandemia, onde os empreendedores, sobretudo de restaurantes e bares, foram muito atingidos, eu sugeri ao Danúbio que a gente garantisse uma maior liberdade para, por exemplo, quem tiver interesse, o empreendedor que quiser fazer um parklet na frente do estabelecimento dele, que ele possa usar aquele espaço para atendimento ao público, para que o garçom possa atender ao público naquele espaço ali, isso vai garantir para um setor que foi duramente afetado na pandemia uma área maior e aberta no período de pandemia. Isso vai contribuir para aumentar o fluxo de pessoas usufruindo esses empreendimentos, vai



aumentar o número de pessoas transitando pelas calçadas, ocupando os espaços públicos, que é algo que eu desejo muito para Nova Lima, que a gente tenha espaço público de qualidade. E os parklets, eu tenho uma paixõzinha especial por eles, eu já trabalhei com parklets, contribuí muito na discussão na implementação das varandas urbanas em Belo Horizonte, juntamente na época com o vereador Pablito, ele me chamou para essa discussão e é algo que eu sonho ver em Nova Lima, mas não somente na região do Vila da Serra e do Vale do Sereno, não, eu quero ver no Vale do Sol, no Jardim Canadá, quero ver aqui no Centro, quero ver na Savassinha, em diversos lugares espaços para as pessoas ocuparem a cidade, para ficarem, ali, num ambiente que é agradável, que é acolhedor, que tem Wi-fi, que tem tomada para carregar o celular, que tem um espaço pet, enfim. Então, parabênizo ao Danúbio. Agradeço pela acolhida, por ter construído essa emenda de forma conjunta. E é um projeto lindo. Parabéns, Danúbio”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “pela ordem, Presidente. Juliana, acho que eu que tenho que te agradecer pela sua sensibilidade, eu acho que a sua profissão ajudou muito para que a gente pudesse construir essa legislação. Eu que sou do setor de eventos e tenho acompanhado muito a luta dos empresários, principalmente dos bares e restaurantes, com essa questão da pandemia e quando você trouxe essa contribuição, a gente conversou junto com alguns empresários e tenha a certeza que você contribuiu muito com isso. Eu fico muito feliz quando a gente, juntos, conseguimos alcançar esse objetivo, que eu acho que é para isso que nós estamos aqui,



para representar as pessoas, para trazer soluções em conjunto. Eu te agradeço muito, eu acho que a cidade agradece muito. Eu já gostaria também, Presidente, assim que fosse votado, já pedir também que os nobres amigos pudessem votar hoje na primeira e segunda votação essa nossa lei até para diminuir a tramitação de projetos que estão na Casa. Muito obrigado mesmo, Juliana, de coração”. Senhor Presidente: “em votação a emenda apresentada, de autoria dos vereadores Danúbio de Souza Machado e Juliana Ellen de Sales, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e que se faça a segunda votação, ainda nessa reunião, do Projeto de Lei nº 2.077/2021, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Autoriza o Poder Executivo a instalação e o uso de extensão temporária de passeio público, denominada PARKLET, além de dar outras providências”. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Votação do Projeto de Lei nº 2.077/2021. Em primeira votação, em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Por liberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.077/2021, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Autoriza o Poder Executivo a instalação e o uso de extensão temporária de passeio público, denominada PARKLET, além de dar outras providências”. Em segunda e última votação, respeitando as emendas aprovadas, em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de



Lei nº 2.077/2021 à sanção”. 4) Projeto de Lei nº 2.078/2021, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Autoriza o Poder Executivo a alterar os artigos 70, 71, 73, 74, 79, 85, 169, 170 da Lei 849, de 20 de dezembro de 1977, denominada “Código de Posturas de Nova Lima”. Senhor Presidente: “solicito à Senhora Secretária a leitura da emenda apresentada, de autoria do vereador Danúbio de Souza Machado”. A Senhora Secretária proferiu leitura da justificava da emenda aditiva, modificativa. Vereador Danúbio de Souza Machado: “pela ordem, Presidente. Novamente aqui eu acho que a gente tem que agradecer ao David que está até presente aqui hoje, juntamente com a sua equipe que contribuiu para essas mudanças. Agradecer ao vereador Álvaro também que me ajudou nessa condução. Nós estamos falando de uma Lei de 1977, que ela é totalmente já ultrapassada. Nós estamos vendo a retomada do setor de eventos que movimenta a nossa economia, que gera empregos. E hoje a gente vê estabelecimentos de acordo com a lei, por exemplo, tendo que fechar as suas portas às duas horas da manhã, sendo que hoje a gente sabe que a maioria dos eventos que acontecem, não somente na região do Jardim Canadá, eles vão até cinco horas da manhã e é o que hoje a gente está tentando fazer aqui, com essa nova legislação. Recebi vários empresários do setor de eventos, nós estamos realmente muito ansiosos para que essa lei possa ser aprovada e possa ser promulgada pelo nosso prefeito. Eu gostaria também, após votada essa emenda, que a gente pudesse pedir dispensa de interstícios e votar hoje, em primeira e segunda votação, esse projeto de lei, pedir aos nobres amigos que



possam contribuir, que a gente possa juntos fazer essa mudança que vai ser de tamanha relevância e muito significativa, principalmente para a nossa economia”. Senhor Presidente: “em votação a emenda apresentada, de autoria do vereador...”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “para discutir, Presidente. Danúbio, eu estou meio confusa com algumas questões dessa emenda, com relação a decibéis, a questão envolvendo a ABNT, o que ela garante como um barulho de um ruído que incomoda, que são 55 decibéis, algumas dúvidas com relação à segurança jurídica que isso pode trazer. Então, assim, eu já digo que vou encaminhar o meu voto, sim, nessa primeira votação, mas depois eu gostaria que você me tirasse algumas dúvidas juntamente com os servidores que contribuíram nessa construção, por que de fato é uma área que não é da minha alçada e essa emenda me gerou algumas dúvidas que eu gostaria que você me ajudasse para que sejam sanadas. Essa é a segunda? Ah, meu Deus do Céu, então eu estou lascada”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “é, eu pedi para fazer a primeira e a segunda. Na verdade a gente está seguindo as legislações federais que hoje regulamentam essas questões de decibéis. Isso que foi proposto no nosso projeto inicial não tinha isso, então, através do setor de fiscalização, eles trouxeram isso para gente, nós colocamos a lei já de acordo com o que determinam as legislações estaduais e federais”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “entendi. Uai, é, assim, bom. Eu de fato não tenho tanto conhecimento com relação a essas questões, da questão também de não ter escalonado por regiões os bares poderem funcionar até às cinco horas da manhã.



Houve algum motivo de isso não ter sido feito por regiões, de numa maneira mais global?”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “na verdade a gente também coloca na legislação que, através de decretos, pode ser feito pelo Poder Executivo. A gente só abrangeu os horários, mas, é claro, vai ter que ser feito um estudo. Tem regiões, por um exemplo, que se for próximo de casas, residências, não tem como você conduzir até esse horário. Mas o que na verdade acontece, Juliana, é que hoje essa lei é totalmente ultrapassada e obsoleta”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “total, ano 1977. Eu nem nascida era”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “não tem como a gente continuar com essa legislação. E, claro, na nossa legislação, hoje, permite que o Poder Executivo através de decreto possa delimitar regiões onde não possa ir, por exemplo, até cinco horas. E pelo contrato também, regiões que possam passar de cinco horas, porque tem alguns eventos, como raves, que vão durar 24 horas. Então, isso tem que ser estudado e através de decreto, o Poder Executivo vai poder regulamentar isso”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “ok”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem, Presidente. É só uma questão de dúvida, Danúbio, porque algumas pessoas me questionaram hoje sobre essa lei, de áreas residenciais. O senhor disse que ouviu diversos empresários, a comunidade você chegou a ouvir alguma comunidade que está no entorno de áreas que possivelmente serão afetadas por esse movimento da lei? É só uma questão mesmo, porque quem me procurou me perguntou se a gente tinha pensado nas pessoas, no cidadão comum que tem a residência do lado do salão de eventos, dos bares, porque é



uma questão que, realmente, quando a gente mora do lado e a gente não está a fim de ir àquela festa, a gente sabe o quanto incomoda. Então, você teve contato com a população, alguma coisa nesse sentido?”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “bom, na verdade, vereadora, é uma preocupação realmente que tem que ser levada em conta. A gente sabe que hoje já existe a fiscalização por parte da Guarda, também do setor de fiscalização da prefeitura e que hoje já acontece isso, quando há uma reclamação dos moradores que moram próximo às residências. O que nós estamos falando aqui é que hoje a realidade do nosso município já está totalmente contra o que a lei estabelece. O que acontece hoje é o que nós estamos pedindo aqui, na legislação, não estamos pedindo nada ao contrário. Hoje, por exemplo, não tem nenhum bar que fecha 10 horas da noite, os bares geralmente fecham meia-noite, alguns duas, dependendo da região. O que vai definir isso é quando o empresário for abrir o seu alvará, quando ele for pedir para poder fazer um evento esporádico, por exemplo, ele vai determinar o horário na sua abertura de alvará, e aí, o Poder Executivo vai regulamentar isso através deste decreto, claro que segundo a legislação que nós estamos aqui hoje propondo que seja aprovada. Então, já tem esse cuidado quando há fiscalização por parte da prefeitura. Então, assim, o que nós estamos aqui na verdade pedindo aos nobres amigos é que a gente coloque o que acontece na realidade, hoje, no ano de 2021. E vai caber à prefeitura quando forem abertos os alvarás para as casas de show ou para eventos esporádicos, que ela vá definir isso e automaticamente também faça a fiscalização e aí



atenderá aos moradores que moram próximo dessa região, porque não é só o barulho, é a questão de trânsito, de mobilidade, são várias outras coisas que são levadas em consideração quando há uma abertura de uma casa de show em algum local ou quando há um evento esporádico também. Então, isso, eu acredito que já deve estar sendo levado em conta por parte do Poder Executivo que é quem libera os alvarás tanto para casa de show quanto para os eventos esporádicos”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “obrigada”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “mais uma dúvida, tem uma parte aqui que permite que as casas de show funcionem nas quintas-feiras, até as cinco horas da manhã, e aí veio aquele receio da questão do povo trabalhador também, porque pode prejudicar o sono daqueles que moram próximos a uma área que tem uma boate ou uma casa de show. Foi avaliado isso também?”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “eu acho que novamente é o que foi falado anteriormente, vai caber através de decreto do Poder Executivo que vai fazer essa análise. Quando uma casa de show for pedir um evento numa quinta-feira para ir até duas horas da manhã, se for numa área residencial, acredito que o Poder Executivo não vai liberar. Hoje tem uma comissão, que é a Comoveec, que é a responsável por fazer toda essa análise. Então, é claro, nós estamos falando para que regiões quando forem autorizados eventos na quinta-feira, regiões que realmente não vão afetar a vida dos moradores, a vida das pessoas que trabalham, como você mesmo colocou. Acho que essa nossa ação é para que a gente possa de certa forma olhar a questão do empresário, é claro, mas também olhar a questão do emprego, da



geração de emprego e de renda no nosso município. Nova Lima hoje na região principalmente no Jardim Canadá, da Vila da Serra, a gente sabe o tanto que as empresas hoje que geram emprego para bares, para garçons, para atendentes. Então, a gente precisa fomentar e continuar fomentando isso no nosso município. Então, eu acho que justamente a lei permite que o Poder Executivo através de uma comissão que já existe, que é a Comoveec, que vai analisar isso quando forem feitas as solicitações. O que a gente está fazendo aqui é simplesmente aprovando uma lei e trazendo para a realidade, novamente falando, o que acontece hoje. Nós temos hoje em algumas regiões casas de show que funciona na quinta-feira até mais tarde e a lei hoje proíbe. Então, acho que o Poder Executivo através da sua comissão, através da fiscalização, vai conseguir regulamentar isso”. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “me dá um aparte, vereador? Te parablenzo pelo projeto, mas já cobro de antemão por ser morador daquela região que realmente seja feita essa análise, porque também é muito desleal com quem vai trabalhar no outro dia, na sexta-feira, no sábado. São sem limites, a gente sabe que o município não tem condição de fiscalizar, a polícia militar também não tem condição de fiscalizar, até porque cabe ao município. E que mais para frente também um membro dessa Casa possa acompanhar essa comissão, por que alguns locais não conseguem esse alvará para ter as suas festas, outros conseguem toda quinta-feira; aí não é esporádico, é frequente. A gente que mora ao lado ali sofre mas, assim, sem limite, com transtorno de carros parados na região, com som assim sem limite, não dá para descrever a



capacidade do som que praticamente está dentro das casas dos moradores. Então, eu peço que tenha muita cautela porque muitas dessas pessoas que vão nas festas não são moradores da nossa cidade, são moradores que vem de outras cidades ao redor da região metropolitana e a gente passa grande dificuldade lá. Então, mais para frente, o senhor que é representante, está bem por dentro, cobra isso lá para gente, por favor. Está bom? Obrigado”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “com certeza. Eu acredito muito que essa sua sugestão é bem válida para que nós todos aqui, a Câmara Legislativa, possa ter conhecimento ativo dos eventos que estão acontecendo. Eu entendo a sua realidade e também compreendo aqui todos os questionamentos, a gente sabe que nós temos que olhar para a questão da população, a gente sabe que tem locais que hoje não permitem ter sons até altas horas. Mas novamente eu reitero, isso hoje já acontece numa lei que é totalmente obsoleta, a gente tem que acompanhar a realidade hoje, do ano que nós estamos vivendo, e cobrar depois do Poder Executivo para que ele possa melhorar, sim, a sua fiscalização e a gente poder de certa forma ter os eventos e realmente licenciar de forma correta. Ele vai ter que fazer essa análise, juntamente com a sua equipe, em quais locais vão poder ter evento até duas horas da manhã, até uma hora da manhã, até cinco horas da manhã. Mas o que nós temos aqui hoje é resguardar os empresários, as pessoas que geram emprego no nosso município para que elas possam trabalhar naqueles locais que realmente possam ter eventos até altas horas, de forma que a lei os permita”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “Presidente, pela ordem. Como a emenda aditiva,



modificativa entrou na Casa nessa noite, eu poderia pedir vista? Pergunta ao jurídico. Então eu solicito vista. Não que eu tenha nada contra, eu só quero entender mais e ter um tempo realmente para analisar e inclusive porque eu recebi três mensagens nessa noite em relação à questão do projeto e eu gostaria muito de dialogar com essas pessoas e às vezes até colocar a par para dialogar com o senhor também. Está bom, Danúbio?”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “perfeitamente, Viviane. É compreensível o seu pedido, eu fico à disposição. Inclusive eu me reuni novamente hoje com empresários que representam várias associações do setor de eventos do Estado de Minas Gerais, também coloco à disposição, caso queira, convido a eles para que possam participar desses encontros. E novamente reitero que há uma necessidade muito grande por parte desses empresários para que a gente possa melhorar a prestação de serviço, para que a gente possa continuar promovendo emprego e renda no nosso município. Eu estou à sua disposição se você quiser dialogar durante a semana e que a gente possa se for da vontade da Mesa Diretora, voltar com esse projeto na próxima semana e quem sabe assim poder aprova-lo”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “está bom. Obrigada”. Senhor Presidente: “concedida a vista à vereadora Viviane Matos em relação à emenda”. 5) Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 12/2021, autoria dos vereadores Juliana Ellen de Sales, Anísio Clemente Filho, Cláudio José de Deus, Silvânio Aguiar Silva, Thiago Felipe de Almeida, Viviane Gomes de Matos, Joselino Santana Dias e José Carlos de Oliveira, “Acrescenta o art. 31.A à Lei Orgânica do Município de Nova



Lima”. Em discussão, o vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, eu confesso que não tive tempo, assim, não me preparei, a verdade é essa, mas eu gostaria de apresentar uma emenda a esse projeto para que incluísse... Primeiro cumprimentar os vereadores. Falar de novo de Silvânio, eu sempre briguei por isso, não é, Silvânio? Pedindo à prefeitura para vir, a própria lei de responsabilidade fiscal já preconiza isso, no sentido de a prefeitura vir de quatro em quatro meses e lá, inclusive, estão definidos quais são os meses que a prefeitura precisa vir à Câmara para prestar contas. Mas eu gostaria de, vamos dizer, expandir essa transparência, incluir a Câmara Municipal também, a assessoria administrativa, financeira e jurídica, para que quando fosse convocada, que também pudesse vir aqui prestar esclarecimentos quando necessário e quando solicitado. Ou seja, a minha emenda é nesse sentido, incluir a Câmara Municipal. Emenda verbal, é”. Senhor Presidente: “em primeira votação”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem, Presidente. Então, eu gostaria, nobre vereador, que o senhor fizesse parte com a gente do projeto”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “com o maior prazer”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “porque aqui não consta nem a sua assinatura, nem a sua assinatura do vereador Danúbio. Então, por favor, venham fazer parte com a gente desse pedido de transparência popular para que a gente possa fazer junto”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “agora, com o convite, com o maior prazer. Eu, até então, não tinha sido convidado para assinar e faço com gosto”. Vereador Danúbio de Souza



Machado: “pela ordem, só porque eu fui citado. Também gostaria de assinar, também não tinha recebido o convite, como disse o vereador Álvaro, faremos juntos com gosto”.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, o senhor me cede um aparte? Como na fala do senhor mesmo, o senhor falou que não conseguiu se organizar ou alguma coisa nesse sentido, se eu entendi certo. Como o projeto está na primeira votação, não seria mais interessante que o senhor fizesse essa emenda na próxima? Que aí, o senhor consegue construir ela, talvez até de uma forma mais...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “perfeitamente. Então, por gentileza, vamos votar só na primeira”.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “isso”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “perfeito, perfeito. Obrigado pela sugestão. E convido a todos que quiserem assinar a emenda, está à disposição”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem, Presidente. Juliana, você me desculpa de ter convidado, mas assinamos juntas, né? Que a gente possa trabalhar de forma conjunta”. Em primeira votação, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 12/2021 foi aprovada por dez votos. 6) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 2.020/2021, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Dispõe sobre a concessão de benefícios aos servidores da Rede Municipal de Saúde do município de Nova Lima e dá outras providências”. Em primeira e única votação, o veto foi mantido por dez votos. O Projeto de Lei nº 2.020/2021 foi encaminhado ao arquivo. Senhor Presidente: “Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.022/2021, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o



Poder Executivo a instituir o programa de conscientização sobre a menstruação e a distribuir itens relacionados à saúde menstrual”. Em primeira votação”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, como já informado anteriormente, eu vou pedir vista para que a gente possa esclarecer a fonte pagadora, vamos falar assim. E, semana que vem, se Deus quiser, aprovar esse projeto”. Senhor Presidente: “concedida vista ao vereador Álvaro de Azevedo. Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.088/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 2.810, de 23 de dezembro de 2020”. (Doação de terreno e celebração de convênio com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais). Em primeira votação, em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.088/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 2.810, de 23 de dezembro de 2020”. (Doação de terreno e celebração de convênio com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais). Em segunda e última votação, em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.088/2021 à sanção. Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.003/2021, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Executivo a delegar, por meio de parceria público-privada, os serviços de iluminação pública no Município de Nova Lima”. Em primeira votação, em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado...”. Vereador



Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “não, espera aí, só um minuto. Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.003/2021, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Executivo a delegar, por meio de parceria público-privada, os serviços de iluminação pública no Município de Nova Lima”. Em primeira votação, quem não concorda... Está bom, quem concorda permaneça como está. Rejeitado, sete votos. Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.003/2021, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Executivo a delegar, por meio de parceria público-privada, os serviços de iluminação pública no Município de Nova Lima”. Em segunda e última votação”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, vista. Álvaro”. Senhor Presidente: “concedida a vista ao vereador Álvaro”. Terceira parte, discussão e votação de indicações, moções e requerimentos. Senhora Secretária, há requerimentos?”. Senhora Secretária: “alguns, Senhor Presidente”. A Senhora Secretária proferiu leitura do requerimento de autoria dos vereadores Anísio Clemente Filho, Cláudio José de Deus, Juliana Ellen de Sales, Silvânio Aguiar Silva, Thiago Felipe de Almeida, Viviane Gomes de Matos e Joselino Santana Dias: Requerem ao Poder Executivo que seja convocado dentro do prazo regimental, o Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, André Luiz Rocha, para prestar esclarecimentos referentes ao Projeto de Lei nº 2.053/2021, Mensagem nº 31, de 26/04/2021. Senhor Presidente: “em discussão”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente, o senhor permite a minha saída?”. Senhor Presidente: “pois não,



vereador Boi. Devido ao horário, à estrada”. O requerimento foi aprovado por sete votos. Senhor Presidente: “pois não, está concedido”. Vereador José Carlos de Oliveira: “boa noite para todos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, só me tira uma dúvida, eu posso estar errado, se eu estiver errado, peço perdão, o Projeto 2.003, o projeto que o vereador Álvaro pediu vista, foram oito votos, não? O senhor falou sete”. Senhor Presidente: “foram oito votos, é”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “é. Então, beleza”. Senhor Presidente: “então, não pode. Vou corrigir por que... Vereador Álvaro, vou corrigir por que... Oito votos. Eu vou encaminhar esse projeto, Silvânio, diretamente para o arquivo porque me informaram aqui que não pode ter concedido vista a esse projeto. Eu vou fazer um intervalo para a gente ir ao banheiro, tá? De cinco minutinhos e voltamos à reunião normal”. Decorridos alguns minutos, Senhor Presidente: “retornando a reunião ordinária do dia dezanove de outubro de dois mil e vinte e um. Pelo adiantar da hora, gente, eu pediria aos pares para a gente dispensar os requerimentos hoje, que são dez. Vocês concordam? Aí os requerimentos vão ser lidos na próxima sessão. Senhores e senhoras vereadoras, não havendo previsão específica no Regimento Interno sobre segunda votação em projeto de lei que foi rejeitado em primeira votação, submeto a matéria ao Plenário da Câmara, lembrando que é o Plenário da Câmara que deve dar a interpretação final do Regimento. Assim, pergunto aos senhores e senhoras vereadoras se concordam com o imediato arquivamento do Projeto de Lei nº 2.003/2021, que foi rejeitado em primeira votação por oito votos. Os



vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, quatro votos. Quatro não, seis votos, aprovado”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pela ordem, Presidente. Existe aqui o artigo 160 do nosso Regimento: ‘durante a tramitação será arquivado o projeto que, mesmo tendo sido aprovado em primeira discussão, seja rejeitado em segunda’. Portanto, previsão de segunda votação. Na vida privada nós não podemos fazer aquilo que é proibido, por exemplo, matar é crime e, portanto, nós não devemos matar. Na vida pública a gente só pode fazer o que é permitido. Se não existe a proibição expressa no Regimento Interno, dizendo o seguinte, aquele projeto que foi rejeitado em primeira votação, não haverá a segunda, portanto, o meu entendimento, Presidente, é que mesmo tendo sido rejeitado em primeira, deve haver a segunda votação. A Casa já deliberou, eu só estou fazendo aqui esta fala porque tudo que a gente fala aqui fica registrado em ata e eu gostaria... Gostaria, não, será registrado em ata, é uma transcrição mesmo de tudo que é falado, então vai constar em ata porque aí, o governo vai tomar as providências que ele entender por bem. Vamos dizer, na brincadeira, já foi uma prova de fogo, não é, Presidente?”. Senhor Presidente: “foi, na sua primeira participação como líder do governo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “nessa primeira reunião, quando eu assumo a liderança. E quero cumprimentar a todos os colegas, que mesmo tendo esse, vamos dizer, essa dúvida, ou seja, no bom sentido, esse desentendimento, a harmonia prevaleceu. Então, cumprimento a cada um dos colegas vereadores pela postura, pela posição, enfim,



democracia é isso, feita a vontade da maioria, respeitada a minoria”. Senhor Presidente:

“ok. Agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Boa noite a todos” _____